

# Ascensão social pelo consumo e projeção internacional do Brasil no governo Lula<sup>1</sup>

Adriano Gustavo Zerbielli<sup>2</sup>

## Resumo

O presente artigo tem por finalidade mostrar de que forma as medidas socioeconômicas voltadas ao estímulo do consumo interno, durante o governo Lula, tiveram um papel fundamental não apenas no que disse respeito ao surgimento de uma nova classe consumidora, ocasionando a diminuição da desigualdade social historicamente presente na sociedade brasileira, mas também no que disse respeito a dotar o país de uma maior coesão interna contribuindo assim para o aumento do prestígio e para a transformação do poder potencial que o Brasil possuía em poder efetivo no cenário internacional. Com relação à metodologia utilizada neste trabalho, ela pode ser classificada como exploratória na medida que foram utilizados referenciais teóricos presentes em livros, artigos e sites de institutos de pesquisa que tratam sobre as temáticas propostas. O argumento principal deste estudo vai na direção de que esta nova classe consumidora ou, conforme denominam alguns especialistas e representantes de esferas governamentais, esta "nova classe média" brasileira, teve realmente um papel relevante no que disse respeito a dotar o Brasil de um papel de maior protagonismo e importância no cenário internacional. Fato este que ficou comprovado pela participação atuante brasileira em reuniões dos BRICS, IBAS, MERCOSUL, G-20, entre outros grupos econômicos, cabendo ainda salientar a presença brasileira - representada na maioria das vezes na figura do próprio presidente Lula - junto às outras Organizações Internacionais como a ONU, o Banco Mundial e o FMI com a finalidade de realizar a defesa dos interesses nacionais em âmbito global.

**Palavras-chave:** governo Lula, nova classe consumidora, coesão interna, poder potencial, poder efetivo.

## 1. Introdução

Desde os primeiros anos do século XXI o Brasil passou a ocupar, juntamente com países como China, Índia, Rússia, África do Sul e outras economias emergentes, um lugar de destaque, não apenas em âmbito regional (no continente sul-americano no caso do Brasil), mas também no cenário global.

Gonçalves (2005) menciona que o caso brasileiro é particularmente relevante na medida que havia, à época da publicação do seu trabalho, um

---

<sup>1</sup> Agradeço imensamente ao Prof. Dr. Marcelo Milan (PPGEEI da UFRGS) pelos momentos de discussão acerca de alguns fundamentais conceitos abordados neste artigo. Obs.: todos os posicionamentos presentes neste estudo são de total responsabilidade do autor.

<sup>2</sup> Graduado em Administração de Empresas - 2010 (Faculdade Senac - RS), Especialista em Estratégia e Relações Internacionais Contemporâneas - 2015 (PPGEEI da UFRGS), Aluno do Mestrado em Sociologia da linha de pesquisa Sociedade e Economia (PPGS da UFRGS), Aluno de Graduação do Curso de História (UFRGS).

enorme diferencial entre o poder potencial e o poder efetivo que o país possuía. Em outras palavras, o autor afirma que o Brasil se defrontava com um enorme "hiato de poder" ou, mais precisamente, com um déficit de poder efetivo na arena internacional.

Porém, a redefinição do papel do Brasil, no sentido de uma participação mais atuante e significativa no cenário mundial, ocorreria a partir da eleição de Lula em 2002 com a adoção de uma série de medidas, em âmbito interno, que contribuíram para uma maior projeção internacional do país nos anos seguintes.

Dentre estas medidas, é válido ressaltar, para a realização deste estudo, as de caráter sócioeconômicas voltadas a dotar o país de uma maior coesão interna por meio da retomada do crescimento econômico: o rígido controle da inflação, a valorização real do Salário Mínimo, a implementação de programas assistenciais voltados aos mais economicamente vulneráveis e o estímulo à concessão de crédito, entre outras.

Portanto, o presente artigo tem por objetivo sugerir de que forma estas medidas sócioeconômicas adotadas durante os dois mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva, entre os anos de 2003 e 2010, consistiram em ações que culminaram no surgimento e na consolidação de uma nova classe consumidora no país. Esta, por sua vez, provavelmente contribuiu para a transformação de uma realidade que era caracterizada pelo baixo poder efetivo do Brasil no cenário internacional.

A hipótese deste trabalho é justamente que esta nova classe consumidora - que vem sendo chamada por alguns pesquisadores como, por exemplo, Marcelo Neri e esferas governamentais de "nova classe média" brasileira - consistiram não apenas numa clara e direta tentativa de gerar uma maior coesão interna minimizando a situação de desigualdade social historicamente estabelecida e consolidada no Brasil. Consistiram também numa ação estratégica no sentido de capacitar o país a ter uma inserção mais soberana, ou menos vulnerável, no cenário global.

Esta ação estratégica do governo contribuiu para a criação das condições que culminaram na consolidação de um mercado consumidor interno suficientemente capaz de sustentar o crescimento da economia nacional na medida que mobilizou recursos que compõem o poder efetivo de um país. Fato

este que consistiu num elemento estratégico fundamental no que se refere à conquista do Brasil de um papel de maior protagonismo no cenário internacional.

Desta forma, este artigo rejeita o ponto de vista que defende que as diversas medidas realizadas pelo governo Lula de incremento ao surgimento de uma nova classe consumidora no Brasil consistiram apenas em ações dotadas de um cunho eleitoreiro, visando possibilitar a manutenção do poder nas mãos do grupo político no qual ele fazia parte.

No que diz respeito à metodologia utilizada, a pesquisa conduzida neste trabalho pode ser classificada como exploratória na medida que este procedimento visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito por meio de uma abordagem indireta de referenciais teóricos presentes em livros, artigos em periódicos e sites de institutos de pesquisa.

Já no que se refere à estruturação deste artigo, após esta introdução a primeira seção aborda a dinâmica de funcionamento do sistema internacional e os elementos de poder que estão em disputa. A segunda seção aborda as medidas implementadas para expandir o consumo, dotando o país de uma maior coesão interna. Já a terceira seção explica como a expansão do consumo, ocorrida no Brasil durante o governo Lula, se deu por meio da "emersão" de um enorme contingente populacional historicamente desprovido da posse de capital econômico. E, por fim, a quarta seção explica como essa nova realidade brasileira, caracterizada por uma maior coesão interna, pode ter contribuído para uma projeção mais consistente do país no cenário internacional.

## **2. A dinâmica do poder no sistema internacional**

Segundo Gonçalves (2005), no sistema internacional, as relações de conflito são situações de equilíbrio instável, quer dizer, estas situações de equilíbrio, num contexto dinâmico, assentam-se em relações de conflito. O sistema internacional é, na sua essência, um sistema dinâmico que envolve poder e, portanto, é um sistema de conflito permanente e equilíbrio instável.

Assim, no sistema internacional, a guerra e a paz, a harmonia e o conflito não são fins em si mesmos, mas os meios de se alcançarem objetivos específicos nos campos econômico, político, cultural e militar. Nesse sistema

dinâmico, relações e processos provocam mudanças nas estruturas (GONÇALVES, 2005).

Neste sentido, a queda da URSS marcou não somente o final da Guerra Fria, mas também abriu caminho para a redefinição de quais seriam as nações que passariam a ter um papel de destaque no cenário internacional. Lima (2010) afirma que uma das mudanças geopolíticas mais significativas foi justamente a emergência, nos últimos anos, de novos Estados relevantes atuando nos seus respectivos planos regionais e também no plano global.

Porém, não existe definição consensual entre os especialistas acerca deste processo. Fato este que acarreta, por consequência, o surgimento de grandes variações de nomenclatura que tentam classificar estes novos atores: "potências médias", "países intermediários", "potências regionais" ou, ainda, "países emergentes" (LIMA, 2010).

No entanto, mais importante do que tentar classificar o cenário internacional atual é apontar - além dos atores que o compõem e os elementos de poder que estão em disputa - as ações estratégicas adotadas por essas nações que as capacitem à obtenção de seus objetivos externos.

Neste sentido, a potencialidade de um maior protagonismo no cenário internacional envolve a posse de poder efetivo por parte de uma determinada nação, sendo que:

O poder efetivo de um país é a probabilidade real desse país de realizar sua própria vontade independentemente da vontade alheia. Quanto mais elevada probabilidade de realizar a sua própria vontade ou de resistir a pressões externas, menor é a vulnerabilidade de um país e, portanto, maior é o seu poder efetivo no sistema internacional. O exercício do poder efetivo na arena internacional depende, então, positivamente do poder potencial e negativamente da vulnerabilidade externa do Estado (GONÇALVES, 2005, p. 128).

O poder efetivo é, portanto, inversamente proporcional à vulnerabilidade externa, em que esta consiste na "probabilidade de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos, bem como o custo dessa resistência" (GONÇALVES, 2003, p. 34 apud GONÇALVES 2005). O autor prossegue mencionando qual era o problema específico no caso do Brasil até meados dos anos 2000:

o país tem uma extraordinária base de poder, ou seja, um elevado poder potencial, ao mesmo tempo em que apresenta uma grande vulnerabilidade externa, o que implica reduzido poder efetivo. A especificidade do Brasil está tanto no elevado poder potencial quanto na alta vulnerabilidade externa (GONÇALVES,2005,p. 124).

Cabe aqui ainda trazer a afirmação feita por Samuel Pinheiro Guimarães acerca da potencialidade brasileira:

*O Brasil não é um micro, mini, pequeno ou médio Estado. O Brasil figura nas listas dos países de maior território, de maior população, de maior PIB do mundo, em companhia apenas de dois outros Estados, que são a China e os Estados Unidos. Além disso, o Brasil é o terceiro país do mundo em número de vizinhos e possui fronteiras terrestres e marítimas das mais longas, sendo estas acessíveis durante todo ano. O Brasil apresenta unidade linguística e ausência de conflitos étnicos, religiosos e de fronteiras e não existem populações estrangeiras irredentas em seu território (GUIMARÃES, 2005, p. 262).*

Portanto, para que esta série de atributos supostamente favoráveis a uma projeção internacional do Brasil contribuíssem de fato para isso, deveria ser elaborada uma estratégia de forma realista, "construída e executada a partir de três desafios da sociedade brasileira, que são a redução das extremas disparidades sociais, a eliminação das crônicas vulnerabilidades externas e a realização acelerada de seu potencial (GUIMARÃES, 2001, p. 9 apud RINALDI, 2012).

É importante ainda mencionar que as relações econômicas internacionais possuem dimensões distintas: a *dimensão bilateral* ocorre quando envolve atores de diferentes nacionalidades ou atores transnacionais. Quando pelo menos três atores estão interagindo, trata-se da *dimensão plurilateral*. A *dimensão multilateral* envolve todos ou praticamente todos os principais atores. Por exemplo, quando se trata do sistema mundial de comércio, as exportações do Brasil para os Estados Unidos ocorrem na dimensão bilateral. As relações comerciais no contexto do MERCOSUL ou do NAFTA estão na dimensão plurilateral. A interação dos governos no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) ocorre na dimensão multilateral (GONÇALVES, 2005).

### **3. As medidas socioeconômicas para estimular o consumo**

Tratando a partir deste ponto especificamente do âmbito nacional, Curado (2011) afirma que foi amplamente reconhecido que, durante a gestão do presidente Lula, a política econômica manteve o arranjo macroeconômico definido na segunda gestão de Fernando Henrique Cardoso: ajuste fiscal, regime de câmbio flutuante com intervenção e metas de controle inflacionário.

Neste sentido, a continuidade da política econômica do governo anterior resultou no reestabelecimento da confiança no Brasil por parte do FMI e da comunidade financeira internacional. Essa confiança se traduziu na queda vertiginosa do Risco-Brasil, no retorno do fluxo de capitais de curto prazo, no fim do processo especulativo contra a moeda nacional, na conseqüente valorização da taxa de câmbio e na valorização dos títulos da dívida externa no mercado internacional (CORAZZA & FILHO, 2004).

Com relação ao regime de metas para o controle da inflação, Curado (2011) menciona que um dos principais artifícios utilizados durante o governo Lula foi a manutenção, em um patamar elevado se comparado com outras economias emergentes, da taxa de juros aplicada pelo Banco Central. Fato este que contribuiu para manter o controle da inflação naquele período.

No entanto, além destas medidas de caráter macroeconômico, cabe salientar a implementação de outras medidas de caráter social voltadas principalmente para um contingente populacional historicamente marginalizado:

(...) Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse em Janeiro de 2003 e imediatamente iniciou uma política social distinta daquelas de todos os seus predecessores, a partir de então estruturada basicamente em dois eixos: valorização do salário mínimo (que concerne a 1/3 da força de trabalho e serve de referência para as faixas superiores) e estabelecimento de políticas públicas dirigidas aos mais desprovidos, com auxílios diretos condicionados e melhorias de serviços públicos, tais como educação e saúde. Entre 2003 e 2012, o salário mínimo teve valorização de 66%. A principal política pública foi a criação do programa Bolsa Família, auxílio financeiro mensal concedido às famílias mais pobres (com auxílio *per capita* de até R\$ 70,00 mensais), tendo como exigência a manutenção de filhos e dependentes na escola, sua vacinação e acompanhamento médico (CATTANI, 2013, p. 118).

Segundo Pochmann (2012), com medidas implementadas no sentido de acarretar uma recuperação do salário mínimo, houve uma inegável elevação do poder de compra das remunerações dos trabalhadores que se encontravam nos

postos de trabalho dos setores mais dinâmicos da economia nacional como, por exemplo, o setor terciário, seguido da construção civil e das indústrias extrativas.

Neste sentido, cabe salientar que o Setor Terciário (Comércio e Serviços) teve um crescimento de 73,16% entre os anos de 1998 e 2008. Já a partir de 2004, no caso da Construção Civil, com a expansão do crédito e outras medidas de estímulo ao setor adotadas pelo governo, o setor passou a gerar empregos formais em um nível inédito ocorrendo um aumento de 103% no número de postos de trabalho em 2009 se comparado com o ano de 2003. Na indústria extrativa mineral, os balanços anuais, também a partir de 2004, apresentam aumentos superiores a 10% no número de postos de trabalho (BRASIL, 2010).

Rinaldi (2012) afirma que um outro passo importante para o crescimento econômico no governo Lula foi a criação e o lançamento do programa Bolsa Família. Este teve início, em sua versão de maior alcance e profundidade, em meados de 2003, com o presidente apontando as principais diretrizes do programa e defendendo seus futuros efeitos sobre o conjunto da sociedade.

Instituído pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, o programa Bolsa Família unificou programas antigos de transferência de renda que remontam ao período Cardoso, no qual foram criados e agora unificados os programas Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. A unificação de tais programas possibilitou ao Governo Federal a ampliação de alcance dessas políticas e o reordenamento dos investimentos nessas áreas (RINALDI, 2012). O autor ainda menciona especificamente a finalidade do programa:

O programa Bolsa Família tem como principais objetivos a redução das disparidades econômico-sociais, dar suporte às famílias mais pobres do país e garantir o direito à escolarização e à saúde a todos os cidadãos. É relevante notarmos que o escopo principal do programa é a promoção dos indivíduos, principalmente os situados na base da pirâmide social. Esse objetivo é de especial atenção na medida em que procura não só atribuir ênfase no enfrentamento da pobreza e da miséria, mas também por suscitar uma possível "promoção" social dos indivíduos, contribuindo para a realização de seu potencial socioeconômico (RINALDI, 2012, p. 53).

Diante da combinação da recuperação do valor do salário mínimo nacional com a ampliação das políticas de transferências de renda, constatou-

se que a expansão das vagas de empregos remunerados pelo salário de base permitiu absorver no mercado enormes parcelas dos trabalhadores da base da pirâmide social, o que favoreceu a redução sensível da taxa de pobreza em todo o país (POCHMANN, 2010). Este fato contribuiu decisivamente para a expansão do consumo a um grande contingente populacional historicamente desprovido deste tipo de potencialidade.

Um outro ponto importante a ser enfatizado diz respeito ao estímulo ao crédito durante o governo Lula. Curado (2011) menciona que em 2002 o Brasil liderava o rankeadas taxas de juros reais com 11,1% a.a. seguido pela Turquia com taxas na ordem de 9,4% a.a. Em dezembro de 2010, o Brasil continuava liderando este ranking com 4,8% a.a. de juros reais enquanto a segunda colocada naquela ocasião, que era a África do Sul, praticava uma taxa de juros real de 2,0% a.a.

No entanto, mesmo com a manutenção em patamares elevados, ocorreu uma gradativa diminuição da taxa de juros ao longo do governo Lula. Fato este que possibilitou um contínuo crescimento da oferta de crédito (disponibilizado tanto por bancos públicos quanto por privados) utilizado para a aquisição de uma infinidade de bens: "ao longo do governo Lula, a economia brasileira presenciou uma verdadeira explosão do crédito, especialmente ao consumidor" (CURADO, 2011, p. 96).

Segundo Pochmann (2012), percebeu-se ainda que o Brasil tinha conseguido combinar naquele período uma maior ampliação da renda *per capita* com a redução no grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda. Além disso, verificou-se a recuperação da participação do rendimento do trabalho na renda nacional acompanhado pela melhora generalizada da situação do exercício do trabalho, com diminuição do desemprego e crescimento do emprego formal.

Neste sentido, em 2009 o estoque de mão de obra na formalidade tinha se elevado 58,6% em comparação com 1998 (aumento médio anual de 4,71%). Assim, a média anual de aumento passou de 0,43% (período 1995-1998) para 4,91% (período 1999-2009). No ano de 1999, o mercado de trabalho nacional contava com uma taxa de informalidade de 56%. Já em 2009 este índice havia caído para 45% dos postos de trabalho (BRASIL, 2010).



Esta diminuição na taxa de informalidade do trabalho no Brasil, ao longo da primeira década dos anos 2000, teve um reflexo direto na evolução dos rendimentos. A existência de um patamar mínimo de remuneração (o Salário Mínimo) determinava a base dos rendimentos daqueles assalariados com menor poder de negociação, menos qualificação ou com empregos em setores de atividades ou regiões com menores níveis de rendimentos (BRASIL, 2010).

Cabe ressaltar que o fortalecimento do mercado de trabalho resultou fundamentalmente na expansão do setor de serviços, o que significou a difusão de nove em cada grupo de dez ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal. Juntamente com as políticas de apoio à renda na base da pirâmide social brasileira, como elevação do valor real do salário mínimo e massificação da transferência de renda, houve o fortalecimento das classes populares assentadas no trabalho (POCHMANN, 2010).

Scherer (2005), afirma que toda esta conjuntura interna favorável teve reflexo na produção industrial brasileira já a partir do segundo trimestre de 2005 no qual:

Este crescimento na produção física brasileira é tributário da boa *performance* dos bens de consumo duráveis, que acumularam no ano, até junho, um incremento de 16,69% na comparação com o primeiro trimestre do ano anterior. Enquanto a indústria como um todo apresentou variação, no período de maio até junho, de 1,6% no índice com ajuste sazonal, os bens duráveis mostraram um crescimento de 8,1% nesse mesmo indicador. Esse bom desempenho representa uma continuidade daquilo que já foi observado em 2004, como bem demonstra o fato de que a produção de bens duráveis, em junho de 2005, se encontrava 23,6% superior à do mesmo mês de 2004 e 51% acima da média de 2002 (SCHERER, 2005, p. 67-68).

Esse excelente desempenho foi puxado pelo consumo de automóveis, telefones celulares e eletrodomésticos, os quais, em conjunto, responderam por 1,71% dos 5% de crescimento obtidos pela produção industrial no semestre. O acréscimo no consumo desses bens decorreu do aumento das compras a prazo, as quais cresceram mesmo com a manutenção das elevadas taxas de juros reais impostas à economia brasileira (SCHERER, 2005).

Souza e Lamounier (2010) também mencionam o papel do empreendedor neste contexto de transformação econômica caracterizado por empreendimentos de vários tamanhos e em diferentes ramos de atividades. Os

autores também incluem neste contexto o trabalho por conta própria e sem uma formação específica como os prestadores de serviços de reparação e manutenção (pedreiros, pintores, eletricitas) ou o trabalho realizado em casa (produção de alimentos, confecção e reforma de roupas, cabeleireiras e manicures). Além de uma infinidade de outras atividades que surgiram no cenário econômico favorável que se formou durante os dois mandatos do presidente Lula.

Também é válido mencionar, além de todos os pontos já citados que, na última década, os gastos com serviços públicos, especialmente em educação e saúde, cresceram fortemente, assim como os investimentos em habitação popular e em infraestrutura (transporte, saneamento, rodovias e ferrovias, etc.). Estes investimentos não somente aumentam os rendimentos indiretos da população, especialmente daquela parcela de renda mais baixa, como fornecem uma fonte importante de demanda autônoma por bens e serviços que contribui para a manutenção da atividade econômica, o aumento dos salários e a realimentação do círculo virtuoso do crescimento (DWECK, CHAVES & CHERNAVSKY, 2013, p. 4 apud ABDALA, 2014).

Cabe neste momento trazer o ponto de vista de Gonçalves (2005) acerca do papel do Estado. O autor afirma que, para manter sua legitimidade, o Estado precisa promover a acumulação de capital que gera renda para capitalistas e trabalhadores. No entanto, o Estado depende de uma base material. É a própria acumulação que gera os recursos fiscais e tributários que permitem o funcionamento do Estado.

O autor completa ainda afirmando que a legitimidade do Estado depende também da questão do bem-estar da população, cabendo a ele implementar políticas sociais (seguridade social) que reduzam os conflitos distributivos envolvendo trabalhadores e capitalistas. Nesse sentido, o Estado intervém na distribuição do excedente econômico para garantir a sua legitimidade (GONÇALVES, 2005).

#### **4. Surge no Brasil uma "nova classe" consumidora**

Segundo Souza e Lamounier (2010), o crescimento da classe média nos países emergentes é um dos fenômenos sociais e econômicos mais importantes

da história recente. A nova classe média mundial é caracterizada como "um motor para a economia global; um criador de empregos; um novo mercado consumidor" (WHEARY, 2009, p. 75, apud ABDALA, 2014).

A prosperidade econômica mundial nos 20 anos que antecederam a crise de 2008-2009 contribuiu para reduzir a desigualdade de renda em países como China, Índia e Brasil. Fato este que possibilitou um processo de mobilidade social de grandes contingentes, formando o que se tem denominado "nova classe média" (SOUZA & LAMOUNIER, 2010).

No entanto, antes de falar propriamente sobre esta que é, na realidade, uma "nova classe" consumidora, é válido mencionar ainda as mudanças importantes que estavam acontecendo em âmbito global que contribuíram para a emergência do fenômeno. Conforme Boltanski e Chiapello (2009) ocorreu, numa escala mundial, uma reorganização do capitalismo na medida que ocorreram, especialmente na década de 1960, uma série de movimentos de contestação das práticas políticas e culturais que acabaram influenciando também as práticas econômicas.

Souza (2010) aponta ainda que o capitalismo mundial passou recentemente por um processo de reformulação que trouxe, como consequência para o Brasil, a perda de força do modelo de produção fordista. Esse modelo predominou até a década de 1980 perdendo espaço posteriormente para um novo tipo de modelo produtivo que exige pequena produção e capacidade de adequação aos desejos do consumidor.

Retornando ao âmbito nacional, Curado (2011) menciona que o período compreendido entre os anos de 2003 e 2008 foi marcado pela retomada do crescimento econômico no Brasil. Neste período, a taxa média de expansão do PIB foi na ordem de 4,2% ao ano. Mesmo com uma rápida variação negativa de 0,6% em 2009 devido aos efeitos da crise financeira global iniciada no ano anterior, as taxas de crescimento do PIB entre 2007 e 2010 foram superiores aos 5% a.a.

Os efeitos da retomada do crescimento foram sentidos no mercado de trabalho. Em janeiro de 2003 a taxa de desemprego era de 11,3%. Em outubro de 2010 a taxa alcançou o menor patamar da história, ficando em 6,1%. A retomada do crescimento econômico provocou também impactos positivos sobre o mercado de trabalho brasileiro em diversas dimensões, com destaque para a

redução de seu grau de informalidade e para a elevação do rendimento médio real (CURADO, 2011).

Toda esta conjuntura de fatores acarretou na formação de um cenário favorável ao crescimento econômico, que acabou culminando, especialmente durante a última década, neste significativo fenômeno representado pelo surgimento desta "nova classe" que se observa atualmente na sociedade brasileira. Este enorme contingente populacional que passou por este processo de "mobilidade social" está sendo intitulado de a "nova classe média" brasileira (SOUZA & LAMOUNIER, 2010).

Existem pesquisas e estudos como, por exemplo, o relatório produzido em 2008 pelo pesquisador Marcelo Neri, que aponta que 52% da população brasileira estava inserida nesta "nova classe" até aquele momento:

Impulsionados pelo aumento do emprego e da renda, em condições de inflação baixa e crédito farto, milhões de brasileiros puderam aumentar nos últimos anos o seu poder de compra e começaram a adquirir a casa própria e automóvel (símbolos mais vistosos de ingresso na classe média), além de uma vasta gama de bens de consumo (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p.2).

Neste sentido, Souza (2010) aponta que um dos acontecimentos mais importantes no Brasil das últimas décadas é o surgimento, ao lado da classe média tradicional, de uma segunda classe média. Morena e "vinda de baixo", essa nova classe média compõe-se de milhões de pessoas que lutam para abrir ou manter pequenos empreendimentos ou para avançar dentro de empresas constituídas, pessoas que estudam à noite, que se filiam a novas igrejas e a novas associações e que empunham uma cultura de autoajuda e de iniciativa.

No entanto, a conceituação de forma única e precisa do que seria a "nova classe média" brasileira é difícil devido ao fato de que, entre os institutos que elaboram as pesquisas e subdividem a população em classes sociais no Brasil, não existe uma uniformidade de critérios utilizados para a obtenção dos resultados. Tomando como base apenas os aspectos monetários, é válido analisarmos os critérios que a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) utilizam para realizarem a referida classificação.

A SAE, coletando dados entre os anos de 1999 e 2009, aponta que 94,9 milhões de brasileiros faziam parte de famílias com renda per capita entre R\$ 291,00 e R\$ 1.019,00. Este contingente demográfico que compõem

atualmente a chamada “nova classe média”, correspondia a 50,5% da população do Brasil ao término do estudo. Já a FGV, na anteriormente mencionada pesquisa intitulada “a nova classe média”, aponta que os valores de renda familiar total que delimitam esta “nova” classe estão entre R\$ 1.115,00 e R\$ 4.807,00 por mês.

No entanto, um dos maiores críticos a este conceito difundido atualmente na sociedade brasileira da existência de uma "nova classe média" é Jessé Souza que faz uma crítica direta ao trabalho de Marcelo Neri afirmando que:

Efetivamente a construção do conceito de uma "nova classe média" por Marcelo Neri carece de qualquer reflexão aprofundada. Neri simplesmente toma o 'rendimento médio' como indicador daquilo que ele chama de classe C ou 'nova classe média'. Em seguida - imaginando com isso contornar todas as dificuldades desta noção - diz que não está falando de 'classe social', supostamente para tranquilizar os 'sociólogos', mas sim de 'classes econômicas'. O conceito de 'classe econômica' é absurdo de fio a pavio, já que ou pressupõe que as determinações econômicas são as únicas variáveis realmente importantes para o conceito de classe - o que eu suponho que seja efetivamente o caso, ainda que o autor não tenha a coragem de admitir - ou, caso contrário, deveria simplesmente se referir a 'faixas de renda' e não a 'classes'. Ao contrário, Neri usa as tais 'classes econômicas' como se fossem 'classes sociais' em sentido estrito, já que o ponto decisivo não é o 'modo como ele as nomeia', mas sim o lugar que elas assumem de fato na sua análise (SOUZA, 2013, p. 135).

Jessé Souza (2010) faz uma grande reflexão baseada numa extensa pesquisa empírica que tem a clara finalidade de "desconstruir" esta ideia de que o Brasil está se tornando um país de classe média. Neste sentido, o autor afirma que existe no Brasil uma "cegueira social" e que ela está relacionada com a cegueira que existe acerca das classes sociais que estruturam a realidade. O autor afirma ainda que uma classe social não pode ser analisada pelo ponto de vista puramente economicista como muitas vezes acontece no discurso político brasileiro e é transmitido pela mídia em geral:

(...) “fala-se” o tempo todo de classes sociais sem que se 'compreenda' o que elas são. Classes sociais não são determinadas pela renda – como para os liberais – nem pelo simples lugar na produção – como para o marxismo clássico -, mas sim por uma visão de mundo 'prática' que se mostra em

todos os comportamentos e atitudes como esclarecidas, com exemplos concretos acessíveis a todos (...). Associar classe média à renda é 'falar' de classes, esquecendo-se de todo o processo de transmissão afetiva e emocional de valores, processo invisível, visto que se dá na socialização familiar, que constrói indivíduos com capacidades muito distintas. Mas é por conta desse tipo de pseudociência que associa classe a renda, uma associação que mais encobre que explica, que é possível falar-se de 'nova classe média' sem a cerimônia que se fala no Brasil (SOUZA, 2010, p. 45-47).

Bourdieu (2008) refez o percurso dos clássicos, em especial Marx e Weber, a fim de atualizar a investigação sociológica sobre a estrutura das classes sociais que constituem um determinado espaço social nas sociedades contemporâneas. Para tal, o autor apoia-se em Marx na proposição de um quantum de capital geral daquelas classes e grupos que ocupam o ápice do espaço social. Mas também apoia-se em Weber, quando esse teoriza sobre o papel de status e de honra, para construir a ideia de que as classes sociais contemporâneas, ao contrário de serem definidas somente pelo aspecto econômico, também possuem elementos culturais e simbólicos:

Algo como uma classe ou, de modo mais geral, um grupo mobilizado para e pela defesa de seus interesses, não pode existir senão ao preço e ao termo de um trabalho coletivo de construção inseparavelmente teórico e prático; mas nem todos os agrupamentos sociais são igualmente prováveis e esse artefato social que é sempre um grupo social tem tanto mais oportunidades de existir e subsistir de maneira durável quanto mais próximos no espaço social (o que vale também para uma unidade fundada sobre uma relação afetiva, amorosa ou amistosa, seja ela ou não socialmente sancionada). Dito de outro modo, o trabalho simbólico de constituição ou de consagração necessário para criar um grupo unido (imposição de nomes, de siglas, de signos de adesão, manifestações públicas etc.) tem tanto mais oportunidades de ser bem-sucedido quanto mais os agentes sociais sobre os quais ele se exerce estejam inclinados - por sua proximidade no espaço das relações sociais e também graças às disposições e interesses associados a essas posições - a se reconhecerem mutuamente e a se reconhecerem em um mesmo projeto (político ou outro) (BOURDIEU, 2008, p. 50-51).

Portanto, dizer que os "emergentes" são a "nova classe média" seria o mesmo que dizer que o Brasil, finalmente, está se tornando uma Alemanha, uma França ou os Estados Unidos, onde as classes médias de fato, e não os pobres,

os trabalhadores e os excluídos, como na periferia do capitalismo, formam o fundamento da estrutura social (SOUZA, 2010).

No entanto, mesmo que o critério inclusivo desta "nova classe média" seja apenas a posse de uma certa quantidade de capital econômico, desconsiderando a posse de outras formas de capital como o cultural e o social, tal fenômeno de "mobilidade social" foi extremamente relevante na sociedade brasileira entre os anos de 2003 e 2010, principalmente no que se refere à diminuição da desigualdade social historicamente estabelecida no país.

Neste sentido, Curado (2011) menciona que um aspecto distintivo deste período de recuperação do crescimento é que ele ocorre num contexto de melhora nos indicadores de distribuição de renda e de redução de pobreza que passou de 30,82% da população em 2005 para 21,42% em 2009. No caso da pobreza extrema, houve uma redução de 11,49% em 2005 para 7,28% em 2009. Cabe ainda mencionar que o Índice de Gini (indicador fundamental na discussão sobre o tema da distribuição pessoal de renda) que em 2003 era de 0,59 atingiu, em 2009, a marca de 0,54 rompendo assim a tendência histórica de manutenção do elevado grau de concentração de renda.

Portanto, independentemente da discussão que envolve a classificação destes "emergentes" nas estruturas sociais brasileiras, o ponto realmente relevante para a realização deste estudo é o seguinte: a potencialidade de consumo adquirida, ao longo do governo Lula, por este enorme contingente populacional historicamente desfavorecido, pode ter contribuído para aumentar a coesão interna do país. Fato este que consistiu num fator fundamental para uma projeção mais segura e sustentável do Brasil no cenário internacional.

## **5. A nova atuação do Brasil no cenário internacional**

Não resta dúvida de que o Brasil, desde a última década, juntamente com outras nações emergentes, passou a ocupar um lugar de destaque no cenário internacional tanto em âmbito regional quanto global pois, entre outros fatores, "a conjuntura internacional no início do período Lula era favorável à expansão dos negócios brasileiros" (RINALDI, 2012, p. 49).

Visentini (2011) afirma ainda que o Brasil passou a agir com otimismo e vontade política, criando constantemente fatos na arena internacional.

Anteriormente o país demonstrava uma baixa auto-estima, pois os governos Collor e Cardoso viam o país como atrasado em relação às nações ricas. Já durante o governo Lula, ao contrário, o Brasil se considerava protagonista de nível equivalente, com capacidade de negociação e portador de um projeto que pode, inclusive, contribuir para a agenda social na globalização. O autor completa ainda afirmando que:

Em lugar de vagos discursos contestatórios e de uma obediência prática, o país tem proposto medidas e concretizado as que estão ao seu alcance. Sim, porque havia uma margem de manobra, embora limitada, que poderia mas não foi aproveitada nos anos 1990. A ênfase da era FHC foi invertida, o que implica uma inflexão significativa em termos de política externa. Em termos práticos, o governo brasileiro suplantou a passividade do anterior e buscou alianças fora de hemisfério, como forma de ampliar seu poder de influência no âmbito internacional a partir da mencionada postura ativa e pragmática (VISENTINI, 2011, p. 59).

No entanto, para que a inserção do Brasil no cenário internacional pudesse ocorrer de uma forma sólida e sustentável, foi necessário também, além da existência de uma conjuntura externa favorável e a adoção de uma postura diferente por parte do novo governo, que o país passasse, num passado histórico recente, por uma nova e intensa fase de desenvolvimento no âmbito interno.

Neste sentido, é possível apontar que o processo que envolveu esta retomada do desenvolvimento tenha se iniciado com a abertura econômica realizada pelo então presidente Collor. Fato este que acabou acarretando na obrigatoriedade da modernização da matriz produtiva nacional. Um outro fato importante foi o advento do Plano Real que trouxe, como principal legado, a implantação de medidas que possibilitaram o controle da hiperinflação que fez parte da realidade brasileira principalmente na década de 1980 e no início da década de 1990.

No entanto, é válido mencionar que a modernização industrial e a estabilidade econômica foram apenas as primeiras medidas que fizeram parte de um longo processo que culminou no fato do Brasil ter e sustentar um papel de maior protagonismo no cenário global. A adoção de uma série de medidas sócio-econômicas voltadas aos menos favorecidos realizadas pelo governo de centro-esquerda de Lula também foram fundamentais.



Neste sentido, o rígido controle da inflação, a valorização real do Salário Mínimo, a implementação de programas assistenciais voltados aos mais economicamente vulneráveis e o estímulo à concessão de crédito foram medidas que, implementadas num cenário econômico estável, acarretaram um processo de "mobilidade social" caracterizado pela potencialidade de consumo adquirida por estes "emergentes".

Este processo se deu por meio do aumento da posse de capital econômico por parte de enorme contingente populacional historicamente marginalizado e que passou a ter uma atuação no mercado consumidor nacional. Esta maior distribuição da riqueza refletiu-se numa maior coesão interna, contribuindo decisivamente no processo que culminou numa projeção do Brasil, a partir da era Lula, mais robusta e, portanto, menos vulnerável no cenário internacional, principalmente com o desenvolvimento do mercado interno.

Neste sentido, a melhora na distribuição da renda e a ampliação do mercado consumidor interno tiveram um papel fundamental na medida em que os gastos com consumo evitaram uma retração mais profunda após a crise financeira global iniciada em 2008 (CURADO, 2011). Portanto, ficou evidenciado que, naquele momento, o Brasil estava menos vulnerável no âmbito externo pois o país mostrou certa resistência aos choques e à instabilidade econômica decorrente da crise.

Rinaldi (2012) menciona que um outro ponto a ser salientado e que diz respeito à imagem do Brasil no exterior mediante os resultados positivos obtidos com as políticas sociais adotadas no governo Lula. A temática social era frequentemente abordada por Organizações Internacionais de grande porte como, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e outros braços socioeconômicos da ONU.

Portanto, o impacto que a adoção de medidas que culminaram efetivamente na diminuição da fome e da pobreza por meio da geração de emprego e renda para os mais pobres contribuiu para o estreitamento de relações entre países emergentes em seus encontros bilaterais e multilaterais como, por exemplo, em reuniões dos BRICS, IBAS, MERCOSUL, G-20, entre outros. Fato este que promoveu uma maior interação entre os países que compunham cada bloco para a defesa de seus respectivos interesses no cenário internacional.

Também é válido mencionar a importância do MERCOSUL, no que diz respeito ao interesse do Brasil de uma maior projeção internacional, se deu na medida em que houve o entendimento da necessidade de um aprofundamento da integração político-econômica da região utilizando esse bloco regional como plataforma de projeção externa de poder dos países (RINALDI, 2012).

Segundo Silva (2010), já em 2003, no primeiro ano de governo do presidente Lula, o Brasil promoveu a criação do IBAS ou G-3 (bloco formado juntamente com Índia e a África do Sul). A constituição do bloco tinha por finalidade, além da cooperação técnica e da possibilidade de integração e articulação entre países em fases similares de desenvolvimento, a união de forças para o enfrentamento das questões políticas de reordenamento do sistema internacional do pós-Guerra Fria e a reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Já a criação do G-20 se deu numa tentativa de aglutinar forças no sentido de fazer um questionamento acerca de certas práticas e políticas que prejudicava a atuação comercial das nações emergentes. O bloco era composto pelo "grupo de países interessados no fim dos subsídios e das subvenções às exportações de produtos agrícolas e em um maior acesso aos mercados tradicionais protecionistas do Norte" (ALMEIDA, 2004, p. 6 apud RINALDI, 2012).

Portanto, com todos estes pontos abordados acerca da nova atuação do Brasil no cenário internacional, fica claro que essa atuação em "diversas frentes" fez parte de um plano estratégico com a finalidade de diminuir a vulnerabilidade externa e, ao mesmo tempo, contribuir para a potencialização de uma maior projeção do Brasil no cenário global, ampliando o poder efetivo do país.

Neste sentido, especialmente a partir do advento do governo Lula, uma grande parcela do poder potencial do Brasil foi convertida em poder efetivo na medida que ocorreram uma série de transformações em âmbito interno que capacitaram o país a ser um ator dotado de um maior prestígio e relevância não apenas em âmbito regional no cenário sul-americano, mas no cenário global como um todo.

No entanto, é evidente que seria um grande exagero afirmar que o Brasil se tornou uma grande potência econômica global disputando, em igualdade de condições, espaços de atuação com potências já consolidadas. Porém, não há dúvidas que, a partir do advento do governo Lula, o Brasil passou por um

processo marcado pela diminuição de sua vulnerabilidade externa modificando qualitativamente sua base de poder, acarretando, conseqüentemente, o aumento do seu poder efetivo na arena global.

## **6. Conclusão**

Durante o governo Lula, foram consolidadas medidas de caráter socioeconômicas como o rígido controle da inflação, a valorização real do Salário Mínimo, a implementação de programas assistenciais voltados aos mais economicamente vulneráveis e o estímulo à concessão de crédito.

Estas medidas contribuíram para a emergência de um grande contingente populacional outrora desprovido da possibilidade de consumo que teve um papel fundamental para o surgimento de uma dinâmica interna marcada pela dinamização e o crescimento econômico com base na expansão do mercado interno.

Fato este que, além de ter grande relevância no âmbito social, foi também extremamente relevante no que diz respeito a contribuir no processo que culminou numa maior projeção internacional do Brasil num patamar nunca visto anteriormente.

Neste sentido, a ascensão social pelo consumo deste grande contingente populacional historicamente desprovido deste tipo de potencialidade - ou o surgimento daquilo que algumas esferas governamentais e especialistas como, por exemplo, Marcelo Neri apontam como sendo uma "nova classe média" brasileira - consistiu num forte fator de "atração" que levou ao estreitamento de laços econômicos com outras nações, blocos econômicos e organismos internacionais aumentando assim o poder efetivo do Brasil no âmbito global.

Era evidente que um país com dimensões continentais como o Brasil, possuidor um mercado consumidor de mais de 200 milhões de pessoas e que, durante os mandatos presidenciais de Lula, passou por um processo de aumento da coesão interna devido à diminuição da desigualdade social, passaria a contar com um maior prestígio e capacidade de transformação do poder potencial em poder efetivo no cenário internacional.

Uma prova deste novo papel do Brasil no cenário internacional foi a presença atuante não apenas em grupos como os BRICS, IBAS, MERCOSUL,

G-20, entre outros. Foi notória também uma atuação externa marcada por uma maior proximidade junto a outros Organismos Internacionais como a ONU, o Banco Mundial e o FMI que, outrora, eram menos receptivos às demandas brasileiras.

## REFERÊNCIAS

- ABDALA, Paulo Ricardo Zilio. **Organização do Conceito de "Nova Classe Média", dialética do consumo e superexploração renovada do trabalho**, 2014, 154 f, Tese (Doutorado em Administração), Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 2008.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **O Mercado de Trabalho Formal no Brasil nos Últimos 15 anos: avanços, mudanças e continuidades. Uma leitura a partir da Rais**. Brasília, 2010.
- CATTANI, Antônio David. **A riqueza desmistificada**. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.
- CORAZZA, Gentil; FILHO, Fernando Ferrari. **A política econômica do Governo Lula no primeiro ano de mandato: perplexidade, dilemas, resultados e alternativas**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 32, n° 1, p. 243-252, maio 2004.
- CURADO, Marcelo. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. **Economia & Tecnologia** - Ano 07, Volume Especial, 2011.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **A nova classe média**. Estudo coordenado por Marcelo Neri. Disponível em: <[http://www.cps.fgv.br/cps/classe\\_media](http://www.cps.fgv.br/cps/classe_media)> Acesso em: 18 setembro de 2015.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Política Internacional: Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- \_\_\_\_\_. Inserção Internacional do Brasil. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, Vol. 17, p. 1-31, dez. 2001.
- LIMA, Maria Regina Soares. Brasil e pólos emergentes do poder mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul. IN: BAUMANN, Renato, org. **O Brasil e os demais BRICS – Comércio e política**. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010, p. 155-179.
- NERI, Marcelo. (Coord.). **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2008.
- POCHMANN, M. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

RINALDI, Augusto Leal. Os programas sociais e a inserção internacional do Brasil: um estudo do governo Lula da Silva. **Século XXI - Revista de Ciências Sociais**, v. 2, n° 2, p. 45-72, jul/dez. 2012.

SCHERER, André Luís Forti. **Indústria gaúcha: a crise bate à porta em 2005**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 33, n° 2, p. 65-76, setembro 2005.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS – SAE. **Classe média em números: origens e desafios na nova classe média brasileira**. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br>> Acesso em 27 setembro de 2014.

SILVA, André Luiz Reis da. **As transformações matriciais da política externa brasileira recente (2000-2010)**. Boletim Meridiano 47, v. 11, n° 120, p. 18-24, jul-ago 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/637/752>> Acesso em 20 de outubro de 2015.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolivar. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da Sociologia: o economicismo e a invisibilidade das classes sociais*. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 1, n 1, Jan/Jul/2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O Brasil de Lula: uma diplomacia global e afirmativa (2003-2010). **Iberoamérica**, n° 4, 2011, p. 56-68